



# O CARAPUCEIRO.

PERIODICO SEMPRE MORAL. E SOPEA ACCIDENS POLITICO

*Hunc servare modum nostri novere libelli  
Parvum personis, dicere de vitiis*  
Marcial Liv. 10. Epist. 55.

Guardarei nesta forma as regras tuas,  
Que he dos vicios fallar, não das pessoas.

## O systema que felizmente nos rege.

Assis provas hei dado em meus pobres escriptos da adhesão, e respeito, que consagro ao Regimen Monarchico Representativo: mas hum dolorosa experiencia me tem ensinado a distancia, que vai da pratica à theoria, e que liberdade absoluta he hum sonho de Utopistas, que pretendem governar o homem em abstracto, e não os homens deste, ou d'aquelle paiz, com estes, ou aquelles habitos, &c. &c.

Muito fallão os Srs. Publicistas, e os Periódiqueiros muito mais, á cerca da Representação Nacional, e dizem, que onde estão reunidas as duas Camaras, ali está a Nação representada, e quanto aquelles fizerem he a expressão da vontade geral: mas será tudo isto assim? Observemos os factos. O nosso Brazil conta mais de 3 milhões de população livre; e creio, não serei exagerado, se disser, que nem hum milhão dá os seus votos nas eleições primarias. Ora se a escolha dos Representantes está na razão directa do numero dos Representados,

que votação; segue-se necessariamente, que taes eleitos representam menos da 3.ª parte da Nação: e como se nos embaça, dizendo, que são Representantes de toda a Nação? Se mais de metade desta nem directa, nem indirectamente concorre com a sua vontade, com o seu voto para tal Representação, como se afirma ao illud do povo, que ali estão os seus Representantes?

Acresce, que nem dessa mesma terça parte da Nação são os eleitos Representantes; por que he facto incontraverso, e até passa por axioma politico de muita gente, que a caballa he a alma das eleições; e se assim he, como estamos vendo todos os dias; segue-se indubitavelmente, que em ultima analyse os eleitos não são outra coisa mais, do que Representantes do gosto, da protecção, d'amisade, do compadresco, da sympathia dos Eleitores, cujo conluio prevalece; por que certissimamente todos os mais votantes não quizerão taes candidatos. E como se nos embaça, afirmando, que quantas medidas tomão, quantas causas fazem taes eleitos são

expressões da vontade geral? As mesmas leis são muitas vezes decididas pela vontade de hum Deputado, que fez prender a decisão para aquelle lado; para ellas não concorrerão nem directa, nem indirectamente mais de dous milhões de Brasileiros; algumas até são contrarias á felicidade publica, outras opprimem os Povos, como sejam varios impostos; mas não obstante tudo isto, a Lei he a expressão da vontade geral, isto he; não há Lei, que não seja do agrado da maioria da Nação; quando em ultima analyse, e praticamente fallando a Lei não he outra coisa mais, do que a expressão do partido dominante: mas em se dizendo — *O systema, que felizmente nos rege* — está tudo remedado, e vamos humma maravilha.

Além disto fação os espertalhões os e-logios, e zumbaias, que quizerem ao Povo: dem lhe não só soberania, se não omnipotencia, seja embora o da França, o de Inglaterra, ou dos Estados Unidos da America; o certo he, que o Povo só soberano de facto no acto das revoluções, fóra disto he sempre menino; pelo que em vez de darmos aos Snrs. Dep tados, e Senadores o nome de Representantes, o que não passa de mera ficção, mais acertado, mais proprio, mais justo me parece, que sejam chamados Tutores, e Curadores do Povo, que he sempre pupillo. O Tutor he instituido pela Lei, e não por escolha, e aprazimento do Tutellado, assim são os Deputados. O Tutor faz sempre o que entende, sem s'importar com a vontade do seu pupillo; e não he isto o que fazem os nossos chamados Representantes? O Tutor ordinariamente vive a custa dos bens do pupillo, importando se bem pouco, ou nada dos interesses deste; e seria difficil indigitar Senadores, e Deputados, que estão no mesmo caso a respeito do Povo? Demos os seus devidos nomes ás cousas, e digamos com Bileau,

*Je appelle un chat un chat, et Roi-*

*let un fripon.* ”

Se leio qualquer criminalista moderno, fico arrebatado dos encantos, que offerece em theoria o julgamento por Jurados, e varios Escriptores me asseverão, que esta instituição tem sido mui proficua na Inglaterra, e nos Estados Unidos: mas poder-se-á dizer o mesmo a nosso respeito? Quaes os benefícios, que temos colhido dos Jurados? Tem-se feito justiça? Tem diminuido entre nós o numero dos crimes? Nada disto. A historia do nosso Jury (com poucas excepções) he lamentavel, e vergonhosamente escandalosa. O assassino inveterado, e profissional, o faccinoroso conhecido, em tendo a protecção (que quasi nunca falta) de taes e taes Patriotas, de taes e taes pessoas influentes, pode contar com a impunidade; por que os Juizes de facto (salvas sempre as honrosas excepções) são tão accessiveis aos pedidos, ás amizades, aos compadrecos, &c. &c., como são os antigos Juizes letrados, e de Direito. No velho regimen muitas vezes os mais criminosos escapão ao castigo, humma vez que tivessem bons padrinhos, e principalmente o sancto e milagroso dinheiro; porém de ordinario jazão em prisões por largos tempos; e quando saão destas por protecções, &c. &c., saão de certo modo bem castigados, já pelo tempo de prisão, já pelo muito que despendião com o Escrivão, que era humma esponja, com o Advogado, que era humma sangexuga, e com o Sr. Magistrado, que se regalava: mas hoje com os Jurados nada disto se faz preciso. Basta, que o malvado tenha ja de sobre mão, ou procure o valimento de certos sujeitos poderosos, e influentes na Commarca, na Cidade, na Villa, &c. para ser aliviado; por que a omnipotencia Parlamentaria, que outrora tanto aca-bunhou a Grã Bretanha, existe em toda a sua plenitude no systema dos Jurados. Estes podem condemnar hum innocente, e absolver o maior faccinoroso sem



a menor sombra de responsabilidade, senão para a sua consciencia, e para com Deos: mas se taes Juizes, bem enfiados nas maximas do Filosofismo ( tão mimoso, e tanto do grande tom ) acreditarem em consciencia, e em Deos mesmo menos, que em *lubishomem*, e em vampiros de D. Calmet: que bens se pode esperar do *systema*, que *felizmente nos rege*? Se a Religião he precisa em toda, e qualquer forma de Governo, no Regimem Representativo he ainda mais necessaria, que em nenhum outro; pois que nelle muitos dos mais viciaes negocios são cometidos ao foro da consciencia. E será possível, que huma mãe, a quem assassináão barbaramente o filho querido, huma esposa, a quem arrancáão o marido, ficando no mais horrivel desamparo, vejam absolvidos pela omnipotencia, ou propidencia do Jury os barbaes matadores; e digão — *Fiva o systema, que felizmente nos rege*? — Entre nós finalmente he tal o meno-preço, que se faz da consciencia, que se pede a hum Juiz de facto o seu voto em favor de hum assassino, como hum auge pod. pedir a outro o seu cavallo emprestado!

Não me fazem de exagrado: por que apello para o testemunho inefragavel dos factos, e á vista delles, que são tantos, e tão repetidos, quem ousará desmentir-me? Em certa commarca chegou o escandalo a tal ponto, que para absolver a hum assassino publico, e horrendo, como se suspeitasse, qu houvesse probabilidade de que a mór parte dos Juizes não se dobrava a empenhos, forão dispensados da Sessão, e chamarão se outros de molde, e que já estavam predispostos em favor do facinoroso. E entoamos hymnos ao *Systema que felizmente nos rege!!!*

N'outros tempos, que costumamos chamar do despotismo, (como se hoje esta fazenda fosse contrabando) com hum Juiz de Fôra, hum Ouvidor, Corregedor, e com duas, ou trez Relações em differen-

tes Provincias administrava-se a justiça, corriaõ os pleitos, e tudo se fazia com muito menos dispendio. Hoje multiplicação-lhe os Juizes com sobejidão: os Juizes de Paz pulullão em cada canto, como beldroegas; Juiz de facto, segundo o *Codigo divinal*, he quasi todo o ente, que anda em dous pés, e falla, Juizes de Direito do Crime, Juizes de Direito do Civil, Juizes Municipaes, Relações: os Advogados não tem par, nem conta, &c. &c.: mas pergunta a minha curiosidade: temos nós melhorado á cerca da administração da justiça, que he o grande caso? Responção os infelizes, que navegação nos mares do Fôro. Os pleitos parecem, que se multiplicão na razão directa do maior, ou menor numero dos agentes da Justiça; a trapaca forense tem requintado, a corrupção, a venalidade, a ladroice quasi que andão na ordem do dia; e todos a nos derretimos pelo *systema que felizmente nos rege*! Hum grande trampolineiro, e gengote de prelição põe-me huma demanda de ladrão cadimo; dá cebo nos pés do Procurador, ( que he huma do-badoura ) dá a sêmo ao Escrivão, engraxa, e dá lustro ao Magistrado e a final de contas tenha eu a razão, que tiver, mostre embora a minha justiça, tão clara, como a luz meridiana, se não souber tanger o pauzinho, e principalmente se não tiver com que matar a fome canina da Justiça, hei de ficar sem a minha propriedade, e em cima disto sou obrigado a gabar o *systema que felizmente nos rege*! De maneira que gasta o Brazil hum horror de milhões, que todos saem do suor do Povo; e o melhoramento he o que estamos vendo, e lamentando.

Se olharmos para o sangue do Estado, que he o dinheiro, vemo-lo em hum marasmo, que faz dô. O nosso *sydena* monetario he huma calamidade publica. Antigamente os metaes preciosos circulão abundantemente por toda a parte: com trezentos, e quatrocentos mil reis

de moeda forte o Funcionario Publico sustentava decentemente a sua familia, e ainda lhe sobrava alguma coisa para as dispezas extraordinarias; hoje o mesmo Empregado percebe 800\$, hum Conto, e mais, e não lhe chegam para as suas precisões. Nesses ferrenhos tempos do despotismo nunca os agentes do Poder se lembrarão de elevar o valor nominal da moeda de cobre tanto á cima do seu valor intrinseco, que convidassem com isto a todo mundo cunhar cobre; porém depois do Systema, que felizmente nos rege, apparece o feiticeiro *chanchã*: não houve quem se não desse ao fabrico de diaheiro. Figuras da primeira ordem cunhavam o quasi de publico; e quando o flagello chegou ao seu cumulo, julgou-se melhorar tudo, impingindo-nos as senhoras Sedulas, que em ultima analyse he dinheiro imaginario; e por mais anjinhos, e Cupidinhos, que lhe estampassem, por mais garatujas, de que circulassem as taes sedulas, d'aqui a dous dias o Estrangeiro muito provavelmente abarrela nos desses papelinhos, de maneira que o Thezouro talvez nunca mais as possa resgatar. Nos tempos calamitosos do Rei Velho trazia o bom matuto a sua carga de assucar, d' algodão, de feijão, &c., e voltava com o cinto pejado de prata, e ouro; agora torna tão levezinho, como hum penna, levando quatro papelinhos, que se molham no rio, que caem na lama, e não servem mais, &c. &c. *Viva o systema que felizmente nos rege.*

Antigamente as Auctoridades erão respeitadas, e de prompto obedecidas: mas hoje quem lá hi, que faça caso de Auctoridades? Quem lá, que mereça o respeito publico? Triste do Agente do Poder, triste do mesmo Poder, se ousa cumprir com o seu dever chamando os seus subordinados á execução da Lei: ali está o prelo ás suas ordens para derramar o opprobrio, o insulto, &c. &c. sobre o *impostor*, que casou encomodar hum Cidadão livre; e se chega a ir,

ao Jury, este por via de regra he hum viveiro de bons padrinhos. Por outra parte se essas mesmas Auctoridades deitão-se a valentes, e tem de guarda costas sicarios assoldados, tornão-se *Bachas*, fazem o que querem, e zombão da responsabilidade. Finalmente tudo vai mal, e pesimo por culpa nossa; por que nós não estavamos dispostos para tanta coisa: quando vir, que somos respeitadores, e seguidores da *Religião*, de nossos Pais; quando vir moralidade, e obediencia, e execução das leis; então direi com justiça, e de todo o coração -- *Bem haja o Systema, que felizmente nos rege* -; por que eu já não creio em theorias, só creio em praticas: queremos obras, e não palavreado.

#### VARIÉDADE.

##### *Informação dada por hum Empregado Publico sobre o requerimento de hum pretendente.*

Aos homens honrados, aos bons Cidadãos *assoma-se* as faces, e a vergonha, quando fallão sem lei, e sem caracter da verdade. Contra a Lei não há costumes, e sem criminoso *corrutella*, que seria punida se chegasse ao conhecimento do *Poder Executivo*. A presente pretensão não tem o cunho da verdade, e nem apoio na Lei; por que dos Documentos N.º 1, e 2, evidencio appresentar-se em Juizo José de Messias de Jezas, requerendo que dos mesmos documentos se evidenciar pode; e do numero 9 claramente vejo o que por modestia *silenciar* quero, quando elle jaz em gloria de de 20 de Agosto de 1836 por ter fallecido no Hospital Regimental do 2.º Corpo d'Artilharia; e que apesar de não ter os olhos, e bracos de *Brilhão*, com tudo procurei, e vi das preteritas *Relações* de mostra, e encontrei mais que o mez passado com certidão eu informado havia hu a pretensão relativa a outros vencimentos, que este mesmo Messias quando já fallecido, requeria: assim por o Despacho supra não deve reduzir o effeito desejado, sem que o supplicante prove, que a minha affirmativa he falsa.

Pern: na Typ. de M. F. de Farias. 1837.